

A moral dessa nova classe ociosa: nenhuma.

Ives Gandra da Silva Martins

Professor Titular de Direito Econômico da
Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie e
Conselheiro da OAB-Seccional de São Paulo.

A moral da nova classe ociosa nada tem em comum com a moral natural, ou seja, aquela que conforma os melhores ideais do homem e que todos os sistemas jurídicos e filosóficos, no pequeno núcleo de normas essenciais, repetem, através da história. Nem por isso a moral natural reproduz um singelo processo histórico-axiológico, como chegou a admitir Miguel Reale ("Direito Natural e Direito Positivo", Ed. Saraiva), sem se posicionar de forma definitiva. A moral natural é inerente ao ser humano, que com ela nasce e dá-lhe o perfil, em toda a sua vida. Não é criação do homem, que a julgou boa, mas algo que se insere em sua própria natureza, como afirmou René Cassin, o autor da Declaração Universal dos Direitos Humanos, hoje veiculados por quase todas as constituições dos países civilizados.

A moral da nova classe ociosa, nos termos cassinianos, inexistente, é impeditiva de exercício do poder. Elimina a capacidade concorrencial de seus perseguidores, por fazê-los prisioneiros de um código de ética, cavalheiresco e impróprio de uma guerra selvagem e sem fronteiras, que é a luta para governar, para mandar, para pertencer à nova classe ociosa, que se nutre da classe dos trabalhadores (empresários e empregados), esta postada em patamar de notória inferioridade.

A moral da nova classe ociosa tem como

primeiro axioma que para se conquistar o poder tudo se pode sacrificar: família, honra, lealdade, bons costumes, princípios de moral tradicional. Isto porque a detenção do poder tudo justifica. Quem tem o poder tudo tem. Quem não o tem é um marginal para a nova classe ociosa.

As alianças políticas feitas e desfeitas, as promessas não cumpridas de fidelidade partidária, sempre que os interesses pessoais são mais relevantes, a desonestidade praticada ou consentida, na linha de que os meios justificam os fins, fazem parte da moral da nova classe ociosa, que nada tem a ver com a moral das classes inferiores.

Maquiavel é sempre citado por ter escrito o "Príncipe", embora seja mais filósofo e historiador, pela excepcional obra "As décadas de Tito Lívio". Apesar de distinguir as formas boas e más do governo, na linha de Aristóteles, Platão, Heródoto, Políbio, pelos métodos de controle e pela estrutura das leis produzidas, vale dizer a partir da monarquia, aristocracia ou democracia (governo de um, poucos e muitos homens respectivamente), preferiu, no diagnóstico do exercício do poder, definir a moral do governante, relacionando-a à eficiência na manutenção do poder. Para ele, é bom o governante que se mantém e mau aquele que o perde, sendo de ne-

nhuma relevância os métodos usados para sua conquista ou exercício.

Das limitadas estruturas dos príncipes italianos e das monarquias absolutas do passado para as ciclópicas máquinas que auxiliam a nova classe ociosa da atualidade, houve sensível melhoria nas técnicas de manutenção do poder, mas pequena evolução na moral de seus gladiadores, cujo código de ética ensina que a vitória tudo justifica, mesmo a utilização dos mais odiosos métodos de conquista, e a derrota nada justifica, mesmo que o derrotado tenha se submetido, fidalgamente, a rígidos princípios.

A evidência, o poder da classe ociosa, na atualidade, constituída de integradores do poder e de políticos, é tanto maior quanto menos os governados se lhe oponham. Em sua especial moral utiliza-se do povo para obtenção de resultados pessoais. Tem o poder de vida e de morte sobre as instituições da classe operosa inferior (trabalhadores e empresários).

A moral da classe ociosa, todavia, para efeitos externos, oferta faceta com falsidade ideológica de impossível reversão. Os políticos, quando buscam votos, apregoam virtudes que sabem não ter. Defendem, por exemplo, os valores familiares, quando vivem pendurados em amantes e escândalos de circuito fechado. Falam em vontade popular, quando apenas obedecem à sua vontade viciada. Gritam pela necessidade de se combater a inércia, quando gastam os recursos do governo na criação de estruturas de poder que lhes oferecem permanência no tempo. Surgem como defensores da classe dos trabalhadores ou da iniciativa privada, quando, em verdade, de-

fendem apenas os interesses dos trabalhadores oficiais ou das empresas estatais, foco permanente de força política, pelo potencial de recursos capaz de assegurar "lealdades" precárias e enriquecimentos subterrâneos.

A nova classe ociosa, em sua moral especial, é uma classe poderosa. Rica. Seus bens obtidos através de estratégias e processos conflitantes com a lei não aparecem, obviamente, nas declarações de imposto sobre a renda, posto que, muitas vezes, colocados fora da soberania das leis de qualquer país. Todos sabem, pois, que a nova classe ociosa, não obstante os "salários pequenos" que recebe, ostenta sinais exteriores de extrema riqueza, usufrue os privilégios de férias milionárias no exterior com a família, em hotéis e aviões de primeira linha. Tal padrão de vida superior da nova classe ociosa projeta, portanto, as linhas de sua moral. Milionária, dissimulada e incompetente no fazer o bem à comunidade, mas extremamente competente em se auto-beneficiar do poder.

Seu ponto de fraqueza reside, entretanto, na intranquilidade. É que a nova classe ociosa necessita estar em permanente movimento, ser vista, ter ares de competência, parecer possuir a dignidade que não tem, para que os meios de comunicação, necessitados de notícias, completem sua plataforma de lançamento para vãos mais altos. E tal movimentação, quase sempre, contraria os padrões morais naturais e transforma os integradores e os políticos em cidadãos superiores pela força que possuem, mas inferiores pelos métodos que utilizam. Vivem, todavia, tensos e preocupados em não serem superados. E tal tensão retira-lhes o que Messner chamava de "a

maior riqueza do ser humano", que é buscar, em paz, seus "fins existenciais".

Quem ama a história percebe o ridículo das desvairadas lutas pelo poder, cuja frustração tem sempre dupla face: a face da derrota, pelo fracasso de não se ter conseguido o que se queria, e a face da vitória, pelo vazio e pela inutilidade de que aquele poder obtido será perdido, um dia, ou pela tomada por um adversário ou pela morte. É que o homem da nova classe ociosa tende a querer perenizar o que é, necessariamente, transitório e esquece dos elementos permanentes que conformam a natureza humana.

Na página seguinte...
...veja quais os planos da Prefeitura de São Paulo para reduzir o número de funcionários. O exemplo a ser seguido é o das empresas privadas.